

ISTO NÃO É UM MANIFESTO; SÃO DOIS

I. MANIFESTO CONTRABIOPOLÍTICO

PABLO SEVERIANO BENEVIDES
Professor Doutor de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC)

I.

O que pode um corpo? O que pede um corpo? O que impede um corpo?

Não sabemos. Ainda. É possível que por muito tempo digamos: “não sabemos, ainda”. Mas é esta a nossa forma de lutar. “Não sabemos, ainda” – e neste “ainda” habita o eco da nossa ameaça risonha e velada a todos os que falam em nome do corpo, aos que dão nome aos corpos, aos que dão forma aos corpos, os que dão norte aos corpos, aos que, como traças, traçam limites, desenhos, anatomias, fisiologias, funcionalidades, finalidades e finalmente aos nossos

corpos. Àqueles que, dando, retiram. Nomeando, tornam anônimo. Norteando, vedam todas as direções. Desenhando, destraçam e destratam. Limitando, conduzem ao limite. Eles odeiam nossas questões. Ah... como odeiam! É por isso que, diante da nossa questão: “o que pode um corpo?”, eles se fazem de surdos e desentendidos. Então, eles reagem com outra questão “O que se pode fazer com o corpo?”.

O que se pode fazer com o corpo? – questão disciplinar, biopolítica, eugenista, utilitarista, normativa, opressiva, fascista; questão que não põe nada em questão. E como estes artesãos da nova ordem corporal são bem intencionados! Como são capazes de falar docemente! Como açucaram, adornam, roseiam e perfumam esta nova ordem – a nova ordem para o corpo, a nova ordem “para” o corpo que luta contra a desordem “do” corpo.

Quem são eles? Que língua eles falam? Que eles querem?

Eles são alérgicos ao pensamento, trêmulos à desobediência, impacientes às questões que questionam – eles têm medo de parar e olhar com sutileza, com tempo e com calma para este mundo. É que eles têm medo deste mundo! Deste mundo, com a desordem que lhe é transbordante e imanente. Sim, eles têm muito medo do que está aí, do que é, do que é simplesmente porque está sendo. E é por isso que querem propor, propor, propor, propor, propor. Propor é sua forma particular de não ver. Propor é sua forma particular de negar o que é porque está sendo. São eles que odeiam este mundo. Não nos enganemos com os adjetivos caducos, constrangidos e cambaleantes que eles jogam contra nós. Se eles querem ser produtivos, é para destruírem melhor; se querem ser construtivos, é para arruínarem melhor; se querem ser resolutivos, é para melhor nos conduzirem aos labirintos e às oposições que eles criam; se querem ser práticos, é para melhor bloquear a nossa ação. Eles nos querem obedientes e inventam mil nomes para conseguir isso. Contra eles, a nosso favor, temos a desordem do mundo, a desordem do corpo, a desordem da representação.

II.

1- os homens e mulheres que falam em nome da saúde, do bem-estar, da qualidade de vida, da felicidade, que apontam sua distância de nossa experiência real, que julgam a vida em nome da vida, que pedem que vivamos menos para vivermos um pouco mais; 2- os homens e mulheres que falam em nome do empreendedorismo, da pró-atividade, da sustentabilidade, disso que se tem chamado de consciência ambiental-empresarial, que adestram corpos para uma

euforia obediente como uma plateia de auditório; 3- os homens e mulheres que motivam excitando e que excitam engajando aos imperativos insaciáveis de lucro, que formam líderes-natos, que ordenam e distribuem os afetos em gincanas catárticas, em confraternizações forçadas, festinhas anêmicas, em sorrisos amarelos, em vivências onde muito pouco se vive; 4- os homens e mulheres que olham as crianças e pressentem e predestinam seus desvios, suas fixações, suas dislexias e seus transtornos, que vigiam seus movimentos como panteras que espreitam, sem pressa, o bote na sua presa, que fazem da bela atividade do ensino e da docência ferramenta para a atualização das antigas morais e das novas anormalizações, que incluem sorrindo para excluírem risonhos; 5- os homens e mulheres que voluntária e arrogantemente põem-se a ser os porta-vozes da boa e (sempre) velha moral, que franzem a testa quando falam a palavra ética, que em nome dos laços de família gradeiam os afetos e as paixões de tantos outros; 6- os homens e mulheres engajados na fabricação da nova indústria pornofarmacológica, que hipersexualizam nossos corpos ao limite de nosso esgotamento e de nossa entrega sem trégua, que cultivam do nosso corpo uma atlética autossuficiência, um performático desapego e uma perfectibilidade obscena e sem eros, que encruam, recrudescem e desnudam nosso corpo em nome de uma libertação sexual que de nada nos liberta; 7- os homens e mulheres que sentem orgulho em ser ou homens, ou mulheres; ou, ainda, que sentem orgulho em ser homens e mulheres ao mesmo tempo; ou, mais ainda, que sentem orgulho em não ser nem homens e nem mulheres (sim, eles também) como se “ser” qualquer coisa fosse motivo de orgulho, como se o orgulho fosse motivo de orgulho; 8- os homens e mulheres que só sabem denunciar delatando às autoridades, que só sabem ser cidadãos quando fiscalizam e farejam, que só sabem criticar fazendo desabar sobre o mundo a birra teimosa de seus ideais, que só sabem subverter na glamourização ostensiva e exibicionista que nem um arranhão provoca na absoluta indiferença do capitalismo e da biopolítica.

É contra cada um deles, é contra a parte-de-nós que também é eles, que nos erguemos vivos, vívidos, viventes, videntes e visionários, a perguntar com os olhos nas estrelas: “o que pode um corpo? O que pede um corpo? O que impede um corpo?”.

III.

Sim, somos minoria.

E, quando formos maioria, será o momento de não sermos mais aquilo que estaremos nos tornando.

IV.

É preciso mostrar tudo o que eles querem é uma progressiva, sistemática e incansável destruição de tudo o que nós somos, de tudo o que nós podemos ser, de tudo o que nunca poderemos ser, mas sempre poderemos devir. É preciso que sejamos concretos como uma vertigem e rasteiros como um rizoma – se querem exemplos, daremos exemplos; mas se querem o exemplo, nunca daremos o exemplo! Nós sabemos que, quando eles pedem exemplos, o que eles querem é que a gente dê o exemplo. Eles pedem exemplos porque só acreditam conhecer quando sentem o tédio morno e aliviante do “já conhecido”; eles querem traduzir o que fazemos e dizemos na banalidade enfadonha, medonha e tacanha de seus gestos e vocabulários; eles jogam a sua estrutura contra a nossa diferença; eles jogam a forma lógica das proposições contra a desordem multissilábica do discurso; eles querem que a gente aponte para o mundo que todo mundo sabe e conhece, quando o que a gente quer é desaprender o que nos disseram que é o mundo; eles pedem fatos, quando a gente desconfia de tudo o que é fato; eles pedem provas quando a gente desacredita em toda prova; eles pedem certeza quando a gente faz tanto esforço para desconcertar – eles pedem, eles pedem, eles pedem.

Por que é que eles não nos deixam em paz?

Nós não pedimos nada a eles.

Nós não temos medo nem da verdade e nem da mentira. Já superamos. Nós não temos medo nem do bem e nem do mal. Já superamos. Nós não temos medo nem do feio e nem do belo. Também já superamos. Não queremos nem um, nem outro – não sabemos mais o que eles são, desacreditamos no que dizem que eles são, estamos em conexão com outras palavras e outras lavraturas, outras experiências e outros esperniões, outros gestos e outros gostos, outras preces e outras precisões, outros temores e outros tremores. Deixem que eles não acreditem. Deixem que digam que são só palavras. Nós já aprendemos que as palavras nunca são só palavras – elas vêm acompanhadas dos fluxos, das intensidades, dos sons inaudíveis, das interrogações latejantes, do hiato irreparável, do buraco negro que se abre e se fecha quando menos se espera, de toda transformação que, ao acontecer de uma palavra, eles mesmos pressentem, sentem e tentam não sentir.

Sim, nós temos medos. Mas não temos mais medo de ter medo. Desçamos até o chão. E mais aquém. Sintamos o calor distante do parto que nos pôs ao mundo e do inferno que pulsa abaixo do mundo. Recusemos o nascimento nascido, inventemos o nascimento nascente. Autonascimento. Não se trata de dominar a origem de si, mas de começar a fabricação de si na diferença.

Tenhamos força para nos pormos à altura de nossas fraquezas, ao invés de permanecermos na fraqueza daqueles que cultuam somente suas próprias forças.

V.

Em algum tempo, em algum canto, em algum sopro, havia um. Um sem nome, um sobrevivendo, sobrevindo, sobrevoando – mais um daqueles uns que não têm nome e nem promessa. Um que sobra, um que abriga a briga das palavras que falam “sobre”, das palavras que falam para o “sem nome”, que falam “o nome”, que falam “em nome”: em nome deles, em nome dos diferentes, em nome dos outros. Havia um. Um que sobra, por isso falta. Um que sobra, por isso transborda. Um que recebe os nomes dos sem-nomes, dos pré-nomes, dos pró-nomes: eles, outros, ninguém, qualquer um. Mas entre uns e outros havia alguém. Alguém cheio de má vontade, que não se deixa saber e que não se deixa representar. Alguém que não quer saber o que quer dizer “saber”, o que quer dizer “representar” e o que quer dizer “querer dizer”. Alguém cujo saber é não saber o que significa “significar”, cuja recusa é recusar sem saber recusar, cuja fuga é fugir sem nem querer fugir. Alguém que nada sabe e que qualquer coisa pode negar. Alguém de quem ninguém sabe e que quase todo mundo quer negar. Alguém que não se deixa representar. Apenas um, não representado, não representante, não representável; apenas um, qualquer um, a implodir em silêncio a ordem da representação. A ordem da representação quer o tudo, o todo, a totalidade. Basta um, e eis que o mundo é invadido pela desordem da representação. Alguém isolado porque apaixonado e apaixonado porque isolado. Alguém que murmura “eu não sei”, mas cujos nervos da garganta traduzem o ronco surdo para eco, para o estrondo, para o grito da voz maldita: “eu nego”! “Não sei, logo nego” – desordem da representação! Havia alguém. No prédio, na roça, na tapera, sob a árvore, entre quatro paredes, nos cem lugares possíveis. Havia alguém. Não via alguém. Preso nas dobras de sua invisibilidade e imprevisibilidade, mas carregando um destino mudo e seco escrito na dureza labiríntica dos cascos de uma tartaruga. Segue a cegueira seca e suada de quem sangra pelo sem sentido.

VI.

“Obedecer? Jamais! Governar? Menos ainda! Quem não mete medo em si mesmo não há de sentir prazer metendo medo nos outros!” – disse Nietzsche. Um dos nossos.

“O pensamento pensa sua própria história, mas para se libertar do que ele pensa e poder, enfim, pensar de uma outra forma” – disse Gilles Deleuze. Um dos nossos.

“Amamos fazer amor porque, no amor, o corpo está aqui” – disse Michel Foucault. Um dos nossos.

“A biopolítica produz uma sobrevida modulável e virtualmente infinita. Ela transforma a vida e a morte, ambas, em sobrevida. Ela é o poder de fazer sobreviver” – disse Giorgio Agambem. Um dos nossos.

“O que corpo não aguenta mais é a mortificação sobrevivencialista! Guerra à biopolítica!” – disse Peter Paul Pelbart. Um dos nossos.

VII.

Isto é um manifesto. Não um modelo, nem uma cartilha, nem um guia de conduta, nem um projeto de pesquisa, nem um conjunto de orientações, nem um eixo temático, nem o resultado ou produto ou finalização de coisa alguma. Ele não pretende mobilizar uma extensão sem afundar uma intensão, uma intensidade e uma intempetividade em cada um de nós.

Isto é um manifesto – um conclave, um chamado, um arroubo, um levante, uma arruaça. Daqui pra frente, tudo ainda há que ser feito. Transpor a linha do esgotamento, de onde nada mais é possível para onde tudo é possível.

Nada tá dominado!

II. QUE ÓPIO É ESSE? E ISSO BASTA?

Manifesto da Crítica Anarqueológica

THIAGO MOTA

Professor de Filosofia – Doutorando pela Universidade Federal do Ceará
(UFC/CAPES)

Em geral, entende-se que se posicionar politicamente é o mesmo que defender e votar em certo partido e, por conseguinte, criticar e não votar em outro. Não é muito difícil encontrar quem entenda, além disso, que em política não é possível deixar de se posicionar, pois a abstenção não nos desobriga de cumprir decisões tomadas democraticamente, como não se cansa de nos conscientizar o TSE. Há mesmo quem considere deixar de ir votar uma falha moral e cívica, uma irresponsabilidade, uma prova de mau caráter e egoísmo.

– De fato, a democracia dos partidos, a democracia liberal representativa, gera essa impressão.

– É aquela democracia que admitimos e praticamos, segundo Churchill, não como o melhor dos sistemas políticos possíveis, mas, certamente, como o menos mau?

– Sem dúvida.

Assim, se alguém não vota e, pior, se critica a todos os partidos indiferentemente simplesmente porque acha que todos cometem, indiferentemente, os mesmos erros e crimes, então esse alguém é considerado apolítico, um alienado, alguém sem consciência, que não se posiciona e se deixa levar pela corrente.

O que tem ocorrido, pelo menos nos últimos anos, porém, é exatamente o contrário. Ao nos posicionarmos a favor ou contra um partido determinado, não assumimos mais posição nenhuma, uma vez que a oposição entre os partidos não é mais uma diferença real; é um conchavo. É como se a condição da politicidade tivesse se tornado tomar partido em um conchavo, ou em vários. Por aí, vemos que a política não é apenas um jogo de interesses; há um interesse que sempre prevalece ante todos os demais: a vontade de poder. Os nossos partidos políticos funcionam ainda de acordo com a lógica do poder soberano, da razão de Estado, do poder pelo poder. Essa é mesma lógica do “a favor ou contra”, do “nós versus eles”, com que, em geral, também se está acostumado.

Em geral, não se percebe que essa lógica foi metabolizada há um bom tempo por uma lógica governamental mais ampla, que engoliu tanto a nós quanto a eles. Já faz algumas décadas que vivemos no tempo em que o Estado e os partidos, e não só eles, foram completamente governamentalizados. Daí a escolha por este ou por aquele ser, do ponto de vista da governamentalidade, uma perfeita irrelevância: somos livres para escolher o que quisermos, desde que queiramos o que cabe em uma urna eletrônica (ou na prateleira do supermercado). Não é essa a liberdade que nos interessa.

Por amor à didática, vou tentar uma analogia com o futebol. Sem dúvida, posso dizer que gênios do corpo e da bola como Maradona, Garrincha, Crujiff, Zidane, Romário, Sócrates, nunca deixarão de me arrepiar, e não apenas do ponto de vista esportivo, pois há algo de muito estético aí. Contudo, sou inteiramente contra a Fifa (Estado) e considero, parafraseando Don Diego, que Havelange (Lula) vendia as armas, cujas balas são vendidas hoje por Blatter & Cia (Dilma & PT). Considero que a Copa do Mundo (Governo), tal como hoje é gerida por uma quadrilha, é um crime faraônico contra a humanidade e contra a natureza. Nesse sentido, ela se completa com as Olimpíadas, outro viveiro de corrupção público-privada. Considero que a força de oposição (PSBD) no interior da Fifa (Estado), se é que ela existe, nem pode nem quer mudar o rumo das coisas.

– Aliás, como disse o ministro demitido Cid Gomes, precisamente na ocasião em que foi demitido: na melhor das hipóteses, essa corja quer fazer uma cortina de fumaça detrás da qual possam “achacar” melhor o Governo.

– O Cid só não disse que o Governo, e ele próprio, também põem lenha nessa mesma fogueira, só que para achacar geral.

Quanto ao futebol, considero ainda que muito dificilmente as coisas poderiam ser organizadas de outra maneira, se elas têm de ser feitas em uma escala tão espetacular. Aqui a semelhança também valida a analogia: a Copa do Mundo é algo tão espetacular quanto a ideia de democracia em um “país-continente”, com mais de 200 milhões de habitantes. Ninguém nunca imaginou que é precisamente porque as coisas políticas adquiriam essa dimensão estratosférica que a forma de governo dominante passou a ser uma mistura de democracia com marketing, uma *marketocracia*, cujo sofista é justamente o marqueteiro? Resultado direto da generalização do espetacular foi o fato de que, depois de ajudar a quebrar o Brasil, vendendo a Copa para os nossos corruptos, Blatter e Valcke, com os sacos puxados por Ronaldo Fenômeno e outros mais, leiloaram-na para os xeiques ultra corruptos do Catar.

É por isso que, mantendo os termos dessa analogia entre futebol e política, não tenho time, nem partido, não torço para nenhuma das opções dadas previamente. Isso porque, apesar de admirador do jogo, que nunca soube jogar direito, desde criancinha, venho de um Brasil que não é nem vai ser nunca o país do futebol, nem uma potência global; um Brasil em que ser Flamengo ou Fluminense, Corinthians ou Palmeiras, Barça ou Real, United ou Chelsea, é algo tão próximo, ou tão distante, isto é, é algo tão indiferente quanto ser Democratic ou Republican, SPD ou CDU, PS ou UMP, PT ou PSDB. Todas essas oposições já estão dadas, as cartas já foram distribuídas, as regras, definidas, de antemão, já sabemos quem perde e quem ganha.

– Pois é, só falta você vir aqui e assumir sua posição.

– Pois é, eu não vou. Não me interessa. Por gentileza, me inclua fora da cilada da participação.

– A-político! Pior: um herege do futebol!

– Não sou eu o que importa. Nem minha opinião.

Em outras palavras, não muito divergentes das de Aristóteles, quando nos deparamos com uma crise política, imaginamos que um partido deturpou o poder estatal, ele mesmo legítimo, e se opôs ao interesse comum. Outro partido, todavia, encampa honestamente a promoção desse mesmo interesse, opondo-se, portanto, ao partido no Governo. A crise resolve-se, respeitadas as instituições formais liberais democráticas, por ocasião das próximas eleições, com a derrota da situação pela oposição nas urnas. Qualquer semelhança entre isso e o futuro que já se pode prever para o PT não é mera coincidência. Já se reuniram indícios suficientes para dizer que não resta mais nada que o partido que está no Governo possa fazer para manter seu projeto de poder, exceto preparar-se para voltar à oposição. Quanto ao país, ele, mas também a dita oposição, podem fazer muito, mas não farão nada que venha alterar o funcionamento do sistema. Não obstante, somos levados a crer que a oposição característica da política corresponde àquela dos partidos, isto é, pensamos que há uma tensão real entre a esquerda e a direita, e, assim, precisamos esperar que aquela dentre essas forças que se alia honestamente ao interesse comum conquiste o poder.

– Pois é ... Não é assim.

– ?!

O conflito partidário é puro jogo de cena. É o espetáculo eleitoral, a hipocrisia, o ridículo:

– Bolacha ou Biscoito? Esquerda ou Direita? Dilma ou Aécio? Ou Levy Fidelix?

– Quem?

A percepção popular não está de forma alguma errada a esse respeito, talvez prova de que a vida implica uma sabedoria que resiste, que luta. Quanto aos políticos: é tudo farinha e o saco é o mesmo! O objetivo de todos é o mesmo, desde César Bórgia, e dantes: conquistar, manter-se e expandir o poder. Não deixa de haver uma beleza nisso, principalmente quando há um distanciamento catártico, mas é bom saber que o poder em questão, é o deles, claro, jamais o poder do povo nem coisa que o valha. O conceito de poder popular é um efeito colateral do discurso de um tirano, um tiro que saiu pela culatra, como com Clístenes, o fundador da democracia grega, como com Jânio Quadros, o fundador da ditadura brasileira.

O espetáculo da política partidária é todo montado para nos convencer da mentira mais escancarada da história: quem não sabe que o povo não manda, nunca mandou nem vai mandar? Todos sabemos disso. Inclusive os idealistas. Inclusive, lembra Zizek, os teóricos ingleses da soberania no século XVII, que se encarregaram de provar, depois da Revolução Gloriosa, que o rei ainda mandava, embora todos soubessem que não era assim, até o próprio rei. Se não é considerada inestimável pelos atuais teóricos da democracia, esta fonte deveria sê-lo, pois os roteiros são idênticos, só muda o papel principal: aquele que todos sabemos que não manda em nada, mas que passa como tal, não é mais o rei da Inglaterra, é o cidadão eleitor e contribuinte. Por que então os intelectuais fazemos mil discursos, mil teorias para nos convencer do que não pode ser verdade? Por que então os cidadãos participamos dessa cena que nos ridiculariza a nós próprios? Por que manter o semblante, aceitar a hipocrisia? Por que é preciso “se passar por”? De que temos tanto medo? O que temos a perder?

– Concordo que seja divertido, pra quem gosta, e afinal, depois da frustração de assistir a uma final de Copa entre nossos carrascos e nossos arquirrivais em plena Arena Faraônica Maracanã novinha, precisávamos de uma final de eleição, um segundo turno “dramático”, para como diria Galvão Bueno.

– Que ópio é esse? E isso basta?

Por enquanto, acredito que é preciso conquistar certa percepção do que está em jogo. Este é o pressuposto de base da luta. Sem isso, não passaremos da mera resistência, ou seja, vamos resistir de um jeito ou de outro e as coisas vão mudar, mas sem que tenhamos imaginado em que sentido, nem a que preço.

Ora, para perceber o que está em jogo, é preciso, em primeiro lugar, afastar tudo o que não vem ao caso, tudo o que não cabe. Em política, nem sempre foi assim, mas já faz algum tempo que aquilo que não cabe passou a corresponder à oposição entre a esquerda e a direita, entre os partidos, por exemplo, entre PT e PSDB. Essa oposição não vem ao caso simplesmente porque não é real. É uma oposição é circular: sempre repõe o mesmo. Na melhor das hipóteses, é uma oposição espiralada ao gosto dialético – e suponho que não sejam poucas as “contribuições dialéticas” à teoria da democracia, embora o próprio Hegel jamais tenha pensado nisso; nem Marx.

Olhemo-la mais de perto. Apesar de ter vários nomes, o sistema é bem simples. Talvez a denominação mais clara seja *bipartidarismo*, isto é, dois polos se alternam no poder, em um momento, um é situação e o outro, oposição; em seguida, trocam-se os papéis. Isso é a essência da democracia tal como a praticamos, ou seja, a democracia liberal representativa. Aliás, diga-se de passagem, que a nossa democracia é uma invenção de nossos irmãos americanos do norte, um dos primeiros produtos de exportação “made in USA”, de 1776, ano da *Declaração de Independência*. O esquema formal da rotatividade, em que dois polos se opõem, gera um simulacro de tensão, um binarismo, que é precisamente o que nos diverte, até o total estupor, até a completa estupidez. É precisamente por isso que a democracia nos parece o menor dos males: ela sublima a destruição característica da tensão real, preservando-a na forma de diversão, de espetáculo, de violência desportiva, dentro dos limites do *fair play* e do “politicamente correto”. Em certo sentido, nossa *marketocracia* é a realização plena do ideal democrático; isto é, no sentido perverso contra o qual Platão nos advertiu desde a morte de seu mestre até a sua própria.

Porém, como todo pai que entretém seus filhos com corridas, lutas, competições e outras brincadeiras do gênero, todo político que chegou ao poder sabe que essas oposições, apesar de serem de faz-de-conta, são extremamente úteis e eficazes, sobretudo, porque, uma vez entretidas, as crianças deixam os homens em paz para cuidar de seu futuro. Quando amadurecem, algumas crianças entendem isso (sem dúvida, há algo de iluminista aqui). É um pré-requisito fundamental para que algum dia cheguem ao poder. Outras não entendem nunca, de modo que continuam a levar a brincadeira a sério e, por conseguinte, a se divertirem. Para os que conquistam o poder, este é o preço: depois de fuçar e se

sujar com suas entranhas, a gente já não se diverte mais com ele. Talvez a ganância insaciável dos nossos corruptos, sua vontade de overdose, seja resultado desse tédio e dessa abstinência. Em todo caso, felizmente parecem restar sempre alguns que carecem de tensões mais efetivas para se excitarem.

Em suma, a oposição partidária não é real. A oposição efetiva na política é aquela que contrapõe o interesse comum, tradicionalmente, ao Estado e, mais recentemente, ao que Foucault chamou de *governo* – com ‘g’ minúsculo, para se distinguir de ‘Governo’ que é antônimo de ‘Oposição’ no linguajar corrente – isto é, o governo entendido como uma forma específica de governamentalidade, como um conjunto dado de práticas de governo de indivíduos e populações, de corpos e almas; práticas essas que visam nos tornar tanto mais economicamente úteis quanto mais politicamente obedientes, mas também criativos e rebeldes, desde que sempre úteis e produtivos; práticas essas atravessam nossas menores e maiores instituições e que rompem seus muros, um Leviatã pós-estatal global sem centro que abocanha tudo, Estados, empresas, pessoas, máquinas, animais, genes, átomos, bits, astros, inconscientes, etc., quer dizer, a vida toda inteira.

– E isso tem nome?

– Mais ou menos.

– ... ?

– *Biopoder*.

– Em que ponto se encontra no momento?

– *Capitalismo*.

Aqui, o ponto de partida é que a oposição efetiva é entre, de um lado, isso que em parte se incorpora no Estado e nos partidos, mas que também os excede bastante e fundamentalmente, e, de outro, aquilo que podemos chamar, usando somente Aristóteles – com certa licença, é claro –, de “interesse comum”. Mas se quisermos ser ainda mais simples e não tivermos problema em passar a navalha de Ockham em Aristóteles, também podemos cortar o “interesse” e ficar só com o “comum” (da maneira que fez Negri). Assim, a oposição que nos concerne jamais seria aquela entre dois partidos, não importa quais, mas aquela entre o *biopoder*, na forma histórica específica do capital em sentido amplo, e o *comum*, a multidão, o povo, nós. Os partidos são uma parte, ademais, irrisória do que definimos como *biopoder*, de modo que, não consigo ver as disputas deles senão como piada.

– Muito bem, quebrou tudo. E agora, qual é a proposta? E daí?

Sem querer dar satisfação ao “solucionismo” característico da nossa época – aquela atitude infantil e afoita (mais Kant), incapaz de ver que, enquanto não compreendermos o problema, a solução a que podemos chegar fará parte do mesmo problema que ela supostamente tenta solucionar –, poderíamos resumir nossa “proposta” com uma palavra: *crítica*. Como forma de resistência específica política e epistemológica, *anarqueológica*, no sentido de que se trata de começar – sempre se trata disso – anarquizando as ciências e as instituições produtoras de capital cognitivo. Esta forma de resistência só pode ser exercida por “trabalhadores intelectuais”, produtores imateriais, ou ainda, aquilo em que o capitalismo cognitivo está nos transformando, em uma palavra: info-precários. Crítica específica simplesmente porque se não vier de nós, ninguém a fará, pois são precisamente os info-precários que fomos levados, por obrigação ou por motivação, a nos equipar com os instrumentos informacionais que exigidos pela crítica de nosso tempo. Para dar um exemplo, acho que fazer crítica é basicamente afirmar em alto e bom som coisas do tipo das que foram ditas aqui. Por enquanto, e não podemos saber por quanto tempo mais, este será o papel que nos resta enquanto *filósofos*. Qualquer intelectual que não se reconheça nisso é cúmplice porque é tão corrupto quanto o sistema que pretende justificar ou fingir ignorar.